

----- A C T A N . º
8-----Aos 8 dias do mês de Abril de 2008, pelas
14h30m, nesta cidade e Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Avenida 5 de
Outubro, reuniu-se extraordinariamente a CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS,
conforme Edital n.º 37 de 19/03/2008, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Carlos
Manuel Soares Miguel, estando presentes os Vereadores Srs.:-----Dr. Luís Carlos Jordão de Sousa
Lopes.-----

-----Dra. Rita João de Maya Gomes Sammer.-----

-----Carlos Manuel Antunes Bernardes.-----

----- D r . C a r l o s M a n u e l P i r e s d e
Pina.-----

-----Dr. Sérgio Paulo Matias Galvão.-----

-----Dra. Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino.-----

----- J o a q u i m A l b e r t o C a e t a n o
Dinis.-----

-----Faltou o Vereador Dr. Tomé da Costa Borges, por motivos de saúde, que a Câmara deliberou
a c e i t a r , c o n s i d e r a n d o - s e p o r t a n t o , a f a l t a d e v i d a m e n t e
justificada.-----A reunião foi secretariada pelo Dr. Acácio
Manuel Carvalhal Cunha, Director de Departamento Administrativo e
Financeiro.-----Declarada
aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE
2007, DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:**-----

Interveio o Vereador Dr. Sérgio Galvão para dar os parabéns a todos os técnicos da autarquia que
participaram na elaboração dos documentos agora em análise, pelo seu
empenho.-----Deu nota de um elemento novo na execução dos documentos de
prestação de contas que é a consolidação, o que permite uma informação mais
completa.-----Realçou o trabalho do revisor oficial de
contas, informando que, embora ainda não tenha sido publicada toda a legislação, optou por seguir o
POCP para a elaboração da consolidação das contas.-----A Vereadora Dra. Rita Sammer questionou
q u a n d o s e r á p o s s í v e l f a z e r t a m b é m a c o n t a b i l i d a d e
analítica.-----

-----Novamente no uso da palavra, o Vereador Dr. Sérgio Galvão informou que ainda não foi
p o s s í v e l , m a s é u m o b j e c t i v o a
concretizar.-----Mais informou que se

verificou uma execução da receita na ordem dos 99,7% o que se traduz na execução do orçamento na parte da receita, quase a 100%.-----Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos referiu que houve uma execução elevada.-----Salientou o facto da receita dos Impostos directos, entre 2002 e 2005, não foi muito consistente, tendo em 2006 e 2007 se registado um crescimento consolidado, prevendo-se uma possibilidade em baixar o IMI, se o Executivo assim o entender.-----Continuou fazendo referência ao facto da despesa ter tido uma execução de quase 100%, sendo que as despesas correntes vão continuar a aumentar, devido não só à inflação, mas também ao facto de no Sector de Educação se registar um aumento substancial decorrente da vinda de pessoal resultante do novo quadro de competências no âmbito da Educação a delegar nas Autarquias.-----As despesas com pessoal também aumentaram, em parte devido aos Estagiários do PEPAL, em cerca de 3,1%, o que não é significativo.-----Continuou a sua intervenção informando que irão começar a surgir as prestações dos empréstimos mas não é significativo em termos de endividamento líquido.-----Regista-se também um aumento na dívida a fornecedores onde estão também contabilizadas as facturas em conferência.-----No entanto há um valor que é significativo e que tem a ver com a Resioeste, o que em termos técnicos é difícil de gerir. São cerca de € 20.000 a € 25.000 que ficam em dívida todos os meses, devido ao litígio do município com a Resioeste. Referiu que esta é uma questão que urge resolver.-----Quanto aos limites de endividamento da autarquia, deu nota de que a Câmara anda muito longe dos limites máximos, existindo duas reservas, uma relativa ao Imobilizado e outra do Armazém / Inventário Permanente.-----Salientou que houve um aumento das transferências para as Juntas de Freguesia.-----Concluiu dizendo que está satisfeito com esta execução orçamental, e especialmente do PPI, pois nunca assistiu a uma execução desta natureza.-----Interveio o Vereador Dr. Luís Carlos Lopes para enaltecer o trabalho desenvolvido pelos técnicos da área financeira, responsáveis pela elaboração dos documentos, os quais considerou interessantes. Disse tratar-se de um relatório de gestão elaborado com um maior rigor, em relação ao do ano passado.-----Disse ter verificado que continua a haver um grande desfasamento entre o que é proposto no plano e o que se encontra efectivamente materializado, pois considera os objectivos mínimos e consequentemente são facilmente atingíveis.-----Considera portanto que em termos de obra/investimento é sobejamente insuficiente, uma vez que registam-se alguns eventos

interessantes, mas as obras que perduram ao longo dos tempos são poucas e existem lacunas em termos de obra feita.-----Quanto à taxa de execução do orçamento de 90% considera-a excessiva dado haver rubricas que estão dotadas com um valor irrisório de € 5,00 e que têm a ver com obras importantes como o Mercado Municipal, Piscinas Municipais, Parque Aventura, Escolas, Parque Desportivo de Arenes, Pólis, Variante Palhagueiras, que são obras relevantes e que não tiveram execução.-----Salientou o investimento feito relativamente ao Castro do Zambujal e à reconversão da Orla Costeira, com verbas da CCDRLVT mas há que não valorizar excessivamente dado que o que conta são os resultados materializáveis e há obras resultantes de promessas de 3 e 4 mandatos que não foram concretizadas.-----

Assim considerou que ficar satisfeito com esta execução é ser pouco ousado e pouco ambicioso.-----Prosseguiu referindo que as receitas correntes, resultantes dos Impostos aumentaram e também aumentaram as transferências para as Câmaras com a aplicação da nova lei das Finanças Locais.-----Salientou que o fundo Social Municipal é insuficiente para o custo total do Enriquecimento

Curricular.-----

-----Disse ainda que mais de 4 milhões de euros são os torreenses que pagam, e dada a crise económica existente, as pessoas não têm dinheiro, mas finalmente a maioria socialista concluiu que p o d e b a i x a r o s impostos.-----

Acrescentou que as taxa do IMI e IMT são demasiado elevadas, e que o aumento dos impostos d i r e c t o s , e m 2 a n o s , f o i d e 20%.-----De 2006 para 2007 o

IMI aumentou cerca de 10% e o IMT cerca de 0,7%, agora já pensam numa descida, pelo que se questiona se não haverá aqui algum eleitoralismo.-----Referiu ainda ter algumas dúvidas quanto às transferências para as Juntas de Freguesia dado que a lei não é clara, o que origina situações complicadas com protocolos.-----

Relativamente ao investimento para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento regista que as transferências de capital foram menores em relação ao ano passado.-----Concluiu dizendo que a receita da Câmara tem sido crescente, por isso era mais do que justo que há mais tempo tivessem pensado na descida dos

impostos.-----Por outro lado, a Câmara não pode ser uma fábrica de eventos.-----Reafirmou que se está perante uma boa execução de um Plano de Actividades muito frágil.-----Por último classificou como excelente a avaliação técnica dos documentos embora considere medíocre a política adoptada e que se traduziu

numa execução pouco ambiciosa.-----O Vereador Caetano Dinis começou por realçar a qualidade da informação prestada e referiu que relativamente à execução do orçamento constata a existência de 3 milhões a menos de venda de bens de investimento, considerando que há que fazer um esforço em não aumentar os impostos uma vez que os torreenses são cada vez mais penalizados pela dupla tributação do IMI e do IMT. É de opinião que o valor do IMI podia ter baixado.-----Referiu também que a Câmara sabia que iria ter mais receita e conseqüentemente ter menos despesa, a autarquia não tem falta de liquidez.-----Referiu que além da compra de terrenos, que foi substancial, não regista nenhuma obra relevante para o concelho.-----

Disse ainda que houve um aumento da dívida a terceiros e questionou a quantos dias está a Câmara a pagar.-----

Concluiu dizendo que a Câmara está a subsidiar o estado através do Sector de Educação e que não faz as transferências que devia fazer para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

Usou da palavra o Vereador Carlos Bernardes para afirmar que há obras que não foram possíveis concretizar, contudo considera que isso faz parte da dinâmica do planeamento e minimizar o trabalho dos outros não é politicamente correcto.-----

Assim, realçou as parcerias desenvolvidas com as Juntas de Freguesia em que houve obra feita por todo o concelho, tendo mencionado as seguintes:-----Pavimentação de cerca de 35 Km's de vias municipais;-----Construção de cerca de 5 km' s de passeios em parceria com juntas de freguesia;-----Requalificação do Parque Escolar;-----Construção de dois novos estabelecimentos de ensino: Jardim de Infância Cabeça Gorda e EBi Carvoeira;-----

-----Apoio à requalificação de 4 campos de futebol, com instalação de relvados sintéticos em A-dos - C un h a d o s , Turc if a l , F u r a d o u r o e F o n t e Grada;-----

-----Conclusão da 2ª fase da Avenida Poente;-----

-----Conclusão da variante Paul / Fonte Grada;-----

-----Conclusão da 1ª fase da Requalificação da Orla Costeira, em Santa Cruz;-----

-----Abastecimento de água e drenagem de esgotos ao Parque Empresarial;-----

-----Saneamento nas Freguesias do Turcifal, Ponte do Rol;-----

-----Abastecimento de Água a Runa;-----

Planeamento-----

do IMT, e quanto ao IMI, a verba que consta do orçamento corresponde à média dos últimos 24 meses e portanto não há forma de empolar estes valores.-----
Informou que a Câmara está a pagar aos fornecedores a 90 dias, no entanto no 1º semestre do ano regista-se dívida acumulada dado que transita do ano anterior.-----Interveio o Vereador Dr. Luís Carlos Lopes para salientar que as obras mencionadas pelo Vereador Carlos Bernardes já transitam de anos anteriores. Realçou a requalificação de Santa Cruz como uma obra que correu muito bem mas quanto aos campos relvados não é da mesma opinião.-----Acrescentou que a Avenida Poente deveria ter terminado em 2002 mas arrastou-se no tempo.-----Referiu que as obras em algumas escolas não precisavam esperar pelo QREN.-----Recordou que o PDM já se arrastava desde 1997.-----Quanto à baixa do valor do IMI lembrou que já tinha sido proposto pelo PSD a baixa deste imposto aquando da discussão do orçamento para 2006 e 2007. Recordou a campanha eleitoral do PS que prometia 12 escolas e nessa altura não se sabia se havia QREN.-----O Vereador Caetano Dinis interveio para referir que as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia têm subido substancialmente.-----Disse ainda que as despesas de capital estão abaixo do nível de 2005 e as transferências correntes para os SMAS diminuíram. Relativamente à intervenção do Vereador Carlos Bernardes, o Vereador Caetano Dinis questionou quais as obras iniciadas e terminadas em 2007.-----O Vereador Sérgio Galvão interveio para dizer que não há transferências correntes para os SMAS mas há transferências de capital, sendo que o valor total das despesas de capital da CMTV é de 14 milhões de euros.-----Salientou que com a consolidação de contas, não há possibilidade de comparação com anos anteriores, mas permite uma visão cada vez mais real das mesmas.-----Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente colocou à votação os documentos em título, tendo-se registado o seguinte resultado:-----4
votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista;-----4
votos contra dos Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária.-----
-----Tendo-se registado um empate na votação, o Sr. Presidente disse que exercia o voto de qualidade, no uso da faculdade prevista no nº 2 do artigo 89º da Lei nº 169/99, de 18/09, na sua actual redacção.-----

A Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18/09, na sua actual redacção, deliberou, por maioria, de 4 votos a favor do Sr. Presidente

membros presentes e por eles rubricados em todas as suas folhas, o qual será arquivado em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas, após a aprovação por parte do Órgão Deliberativo, e estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.-----

2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA O ANO DE 2008:-----

-----Informação n.º 8 da Chefe de Divisão de Gestão Financeira, datada de 3/04/2008, a qual se passa a transcrever:-----

----“De acordo com directrizes de V. Exa. e nos termos do ponto 8.3.1.2 do Decreto-Lei nº54A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção, foi elaborada a presente revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano aprovados para o ano em curso, que se anexa.-----De notar que o reforço da despesa que integra esta revisão, têm, atenta a alínea a) do ponto 8.3.1.4 do diploma antes citado, como contrapartida, o saldo apurado na gerência anterior. -----Com esta Revisão é criada a acção 4 “Plano Nacional de Leitura”, do projecto 2008/4 Recursos Educativos, tendo em vista a celebração de Protocolo com o Governo.-----É também criado o projecto 2008/42” Refeitórios Escolares”, com a acção 1 “Aquisição de géneros para confeccionar”, com previsão de valores para 2009, de forma a permitir a abertura de concurso para aquisição daqueles bens para o ano lectivo 2008/2009.-----À Consideração superior com vista a ser presente a reunião do executivo, e posterior remessa ao órgão deliberativo para aprovação.”-----

----A Câmara, tendo presente a competência do Órgão Deliberativo, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, na sua actual redacção, deliberou remeter a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2006 – Orçamento Receita/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos, à Assembleia Municipal, solicitando o seu agendamento para uma próxima sessão daquele

órgão.-----**O**

Sr. Presidente propôs que a discussão relativa ao relatório de actividades e da prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de 2007, se façam conjuntamente, embora as votações sejam distintas, o que foi aceite por todos.-----De seguida o Sr. Presidente apresentou a todo o Executivo o Eng.º Duarte Silva, o qual já assumiu as funções de Director Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES **DE**

2007:-----Ofício n.º OF/774/DFP, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, datada de 27/03/2008, o qual remete os documentos em título para os efeitos do disposto nas alíneas c) e e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18/09, na sua actual redacção.----- **SERVIÇOS**

MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATIVAS A 2007:-----Ofício n.º OF/774/DFP, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, datada de 27/03/2008, o qual remete os documentos em título para os efeitos do disposto nas alíneas c) e e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18/09, na sua actual redacção.-----

-----O Dr. Sérgio Simões prestou alguns esclarecimentos quanto ao relatório de actividades dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento referente ao ano de 2007, começando por referir-se às duas componentes de maior relevo, concretamente a financeira e a de investimento.-----Salientou que são receita para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento: a venda de água, recolha de águas residuais, serviços prestados e as transferências por parte da autarquia.-----As despesas referem-se ao funcionamento geral, incluindo as de exploração e as de investimento.-----

-----Informou que houve um investimento de cerca de 3 milhões de euros, e em contrapartida a receita foi de 1 milhão e 500 mil euros provenientes de participações comunitárias, o que significa que se investiu o dobro do que se recebeu, havendo assim um resultado negativo de cerca de 800 mil euros.-----

Quanto à despesa de funcionamento geral que inclui os custos de exploração, as despesas aumentaram 1%, sendo inferior ao aumento salarial. As despesas de funcionamento geral diminuiram cerca de 7,8%.-----

-----Informou ainda que as amortizações são elevadas.-----Relativamente aos custos de exploração, referiu que as componentes de recuperação não acompanham esses mesmos custos. Sobre a execução do Plano de Investimentos considerou que a mesma foi razoável no que respeita à água (62%) e saneamento (50%).-----Informou que o concurso da obra de saneamento em S. Mamede da Ventosa teve reclamações por parte dos concorrentes o que veio atrasar o decurso da mesma, e tratando-se de uma obra de valor elevado contribuiu para a fraca execução do Plano Plurianual de Investimentos.-----Salientou

a necessidade de a Câmara em conjunto com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento definirem prioridades, pois é impossível abrir concursos e realizar obras sem ter recursos financeiros para pagar aos empreiteiros.-----Usou da palavra o Vereador Caetano Dinis para dizer que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento são capazes de fazer obra e não é de todo inferior em relação a outros fornecedores, e não se pode permitir que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento desçam em termos da sua rentabilidade para depois privatizar tal como está a acontecer a nível nacional.-----Acrescentou que existem rácios a baixar progressivamente e o endividamento a curto prazo tende a agravar-se.-----Na sua opinião a Câmara não transferindo mais verbas, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento estão a autofinanciar-se e a fazer uns quantos investimentos aqui e ali.-----Questionou qual a estratégia a adoptar pela autarquia por forma a colmatar estas lacunas, as quais estão, de forma clara evidenciadas no relatório.-----Interveio o Vereador Dr. Luís Carlos Lopes para saudar o Eng.º Duarte Silva, no exercício da função de Director Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e a qual começa a não ser uma tarefa fácil.-----Há que adoptar novas medidas de gestão sem que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento estejam “sob a espada da privatização”.-----A realidade dos SMAS é destruída, pois tem um conjunto de 197 funcionários, já com idade média elevada e com poucas habilitações. Trata-se de um problema estrutural e há que dar apoio à administração, por forma a que não se transforme num problema gravíssimo.-----Manifestou ainda a sua opinião de que a Câmara terá que injectar capital e não estar só à espera do QREN.-------Acrescentou que sem a transferência da Câmara a dívida a fornecedores aumentou, e o resultado líquido é negativo. Disse ainda que o consumidor não tem que ser sempre penalizado e que o ónus não pode recair só sobre os munícipes.-----Salientou que reestruturação não é sinónimo de privatização e acrescentou que o interior do concelho não teve, em 2007, obras de saneamento. Quando é considerado primordial que no Século XX se tenha 100% do saneamento tratado em ETAR.-----Voltou a usar da palavra o Vereador Caetano Dinis para saudar igualmente o Eng.º Duarte Silva e dizer, ainda na sequência da sua anterior intervenção, que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento não vendem só água, também prestam um serviço e recolhem águas residuais.-----Disse ainda

que os resultados transitados já atingem um valor demasiado elevado.-----Interveio o Sr. Presidente para dizer que os SMAS não são uma realidade destruturada e que tem uma exploração mais ou menos equilibrada, e no tocante ao investimento sempre contaram com o apoio da Câmara.-----

Disse ainda que quanto ao desequilíbrio financeiro, deve-se ao facto de este ano tudo o que é tratamento dos esgotos estar entregue à Águas do Oeste e isso representa um peso substancial nas
c o n t a s d o S e r v i ç o s M u n i c i p a l i z a d o s d e Á g u a e
Saneamento.-----

-----Acrescentou que os efluentes domésticos são um custo notório, e em alternativa, ou a Câmara suporta este custo a médio/longo prazo ou terá que ser encontrada receita.-----

-----Salientou que não é na água que falta investimento, mas de facto a zona nascente do concelho está deficitária faltando fazer o saneamento
c o m r e d e s s e p a r a t i v a s , q u e s e e s t i m a e m 5 m i l h õ e s d e
euros.-----

-----Deu nota que foi apresentada candidatura para o abastecimento de água ao Parque empresarial.-----Disse ainda que uma hipótese será contrair empréstimo mas com alguma
s e g u r a n ç a p o i s s e r i a t o l i c e n ã o a p r o v e i t a r a s c a n d i d a t u r a s d o
QREN.-----

-----Informou que os regulamentos do QREN são pensados para quem explora em alta e em baixa, havendo dúvidas se os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento se podem candidatar.-----

-----Deu ainda nota que as redes separativas não são candidátaveis ao QREN, mas tem esperança que seja possível aproveitar alguns fundos comunitários, pois os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento estão interessados em continuar a explorar em baixa.-----

-----Informou que ficou claro que os Municípios podem concorrer aos fundos operacionais regionais em associação para a exploração em baixa, podendo fazê-lo através das Associações que já existem.-----

-----O Dr. Sérgio Simões informou que as perdas de água baixaram cerca de 2% e é agora de 18,5%, o que sendo bom, representa muito dinheiro.-----

-----Salientou o facto de este ano, e pela primeira vez, a amortização de empréstimos ter sido na totalidade assumida pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, o que se traduz num
p e q u e n o p a s s o p a r a u m a m e n o r
dependência.-----

-----Acrescentou que o saneamento na zona interior do concelho não está ainda conforme o desejado porque a Águas do Oeste não têm as ETAR's a funcionar, caso contrário, seria possível atingir cerca de 80% de águas tratadas.-----

-----Mais disse que para além de existirem directivas nacionais, a lei da água e a Lei das Finanças Locais não são simples de articular, no que diz respeito à exploração, reparação e manutenção, sendo necessário

competência própria da Assembleia Municipal, prevista na alínea e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18/09, na sua actual redacção, deliberou remeter os documentos àquele Órgão, solicitando o seu agendamento para a próxima sessão.-----

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2008 – ORÇAMENTO RECEITA/DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE

INVESTIMENTOS:-----Ofício n.º OF/774/DFP, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, datada de 27/03/2008, o qual remete os documentos em título para os efeitos do disposto nas alíneas c) e e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18/09, na sua actual redacção, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração para submissão à Câmara, em sua reunião de 25/03/2008-----O Dr. Sérgio Simões prestou alguns esclarecimentos relativamente à revisão em análise.-----A Câmara, tendo presente a competência do Órgão Deliberativo, prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, na sua actual redacção, deliberou remeter a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2007 – Orçamento Receita/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos, à Assembleia Municipal, solicitando o seu agendamento para uma próxima sessão daquele órgão.-----

PROMOTORRES – PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, EM – RELATÓRIO DE GESTÃO

2007:-----Usou da palavra o Vereador Dr. Sérgio Galvão para referir que os resultados do ano de 2007 foram negativos, embora a empresa tenha vindo a crescer.-----Relativamente ao Carnaval, que nos anos de 2004, 2005 e 2006 apresentou resultados negativos, o que coincidia geralmente com o prejuízo final da empresa. Em 2007 isso não aconteceu e o prejuízo foi menor.-----Quanto à edição da Feira de S. Pedro, referiu que foi o ano que deu mais lucro, tendo crescido igualmente em termos de visibilidade.-----Acrescentou que a Pista de Gelo em Santa Cruz não surtiu os resultados desejados e também não se realizou o curso escolar devido às condições atmosféricas.-----Os custos com pessoal foram acrescidos dada a necessidade de serem pagas as horas extraordinárias aos funcionários e também porque este ano já foram pagos os 14 meses aos funcionários que iniciaram funções a meio do ano de 2006-----No tocante à dívida a fornecedores, informou

que são valores elevados mas que se deveu também a uma factura da Gulliver relativa ao Carnaval de 2008.-----Disse ainda que com a aprovação dos documentos provisionais para 2008 se poderá encetar um conjunto de medidas que irão permitir inverter a situação da Promotorres por forma a que tenha outro tipo de resultados.-----Fez alusão ainda ao facto da receita proveniente do parque de estacionamento do Mercado vir a deixar de existir devido ao início da obra do novo Mercado Municipal. Será contudo possível estudar a concessão do futuro parque de estacionamento junto às instalações provisórias do mercado, bem como a receita proveniente do parque subterrâneo do edifício Multiserviços, sito na Avenida 5 de Outubro.-----Usou da palavra o Vereador Caetano Dinis para dizer que além da Promotorres poder explorar o parque subterrâneo, irá igualmente ter a seu cargo a gestão dos estacionamentos descobertos. Referiu que efectivamente o estacionamento junto ao mercado já é menor o que implicará um défice na r e c e i t a d a í proveniente.-----Falou ainda na Feira dos Usados para dizer que considera o preço pago pelos Expositores demasiado elevado, e embora a receita possa não ser elevada, constata-se uma diminuição das despesas muito significativa.-----Interveio o Vereador Dr. Luís Carlos Lopes para fazer um reparo quanto ao facto de não estar presente na discussão deste ponto o Presidente da Promotorres, pois considera que deveria ser ele a fazer a apresentação do presente relatório.-----Acrescentou que a pista de gelo em Santa Cruz foi nitidamente “um flop”.-----Na realização da Feira Rural notou-se menos afluência de público, porque as pessoas cada vez p o s s u e m m e n o s p o d e r d e compra.-----Quanto ao estacionamento salientou o facto de apesar de haver muitos lugares em parques cobertos, as pessoas continuam a preferir os parques descobertos, e espera que a nova gestão da Promotorres traga “o arrumar da casa” em termos de gestão dos parques de estacionamento para 2009.-----Fez ainda referência à Feira de São Pedro que continua a ter sucesso e a Feira dos Usados c o n s i d e r a q u e n ã o é representativo.-----Concluiu reforçando a necessidade de a Câmara ter que reforçar o apoio financeiro à Promotorres. Declarou que o Partido Social Democrata iria votar contra, dados os resultado registados e as contas se apresentarem negativas.-----Não havendo mais

intervenções, o Sr. Presidente colocou o assunto à votação, tendo-se registado o seguinte resultado:-----

*Promotorres –
Promoção de Eventos e Gestão de Equipamento, EM – Relatório de Gestão
2007:*-----

-----4 votos contra dos eleitos pelo Partido Social Democrata e pela Coligação Democrática Unitária;-----

-----4 votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista.-----Tendo-se registado um empate na votação, o Sr. Presidente informou que exercia o voto de qualidade no uso da faculdade prevista no n.º 2 do artigo 89º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção.-----

-----Foi assim deliberado aprovar o Relatório de Gestão de 2007 da Promotorres – Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos, EM.-----Tendo presente que o resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros da Promotorres – Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos, EM se apresenta negativo, a Câmara deliberou nos termos do artigo 31º da Lei 53-F/2006 de 29/12, efectuar uma transferência financeira correspondente ao valor do saldo, de modo a equilibrar os resultados de exploração operacional do exercício do ano de 2007.-----

ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----Usou da palavra o Vereador Dr. Sérgio Galvão para referir, relativamente à presente alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras, a existência de 80 lugares a criar, todos em dotação global, sendo:-----

-----Deu nota que o elevado número de Auxiliares de Acção Educativa, deve-se ao facto de existirem no momento 100 auxiliares que se encontram a contrato no sector, pelo que houve a necessidade de se contratar mais pessoal. No entanto esta é uma situação que causa alguma instabilidade quando acabam os contratos quer para o pessoal quer para as próprias crianças.-----Interveio o Vereador Caetano Dinis para dizer que é contra a precariedade no trabalho e que defende a filosofia que 3 anos bastam para a pessoa mostrar o que vale e a partir daí a entidade decidir da necessidade em ficar ou não a prestar serviço.-----Salientou a criação de 12 lugares de técnicos superiores e questionou o porquê de 1 lugar de Advogado Síndico, uma vez que a Câmara Municipal de Torres Vedras tem já juristas suficientes que representam a

das respeitantes a “Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Ano de 2007, da Câmara Municipal de Torres Vedras:”; “Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Relatório de Actividades de 2007:”; “Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Prestação de Contas Relativas a 2007:”; “Promotorres – Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos, em – Relatório de Gestão 2007:”; e “Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras:”, cujas votações constam das respectivas deliberações.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES INTEGRANTES DESTA ACTA A FIM DE PRODUZIREM EFEITOS IMEDIATOS:-----

Todas as deliberações tomadas nesta reunião foram aprovadas por unanimidade.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Às 18,20 horas e como não houvesse mais nada a tratar foi encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e pelo Sr. Director de Departamento Administrativo e Financeiro, Dr. Acácio Manuel Carvalhal Cunha, ao abrigo do Despacho n.º 18883, de 25 de Outubro de 2005.-----
